

Tem algumas questões mais específicas sobre o tema que é superimportante pontuar, o Deputado Thiago Pampolha já colocou, como Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, toda a questão que envolve a qualidade ambiental e que possa evitar interferências em todo o nosso ecossistema voltado para a preservação ambiental e bem-estar social em longo prazo, para que a gente consiga avançar, possa avançar em todo o tema de Descomissionamento e o que isso pode refletir na indústria do nosso Estado, mas tendo sempre uma atenção muito especial para a parte da sustentabilidade e com relação ao meio ambiente.

Eu acho que essa nova resolução que a ANP também colocou tenho interesse de conhecer um pouco mais, sei que foi falado sobre isso aqui, mas esse plano de Descomissionamento de instalações, o que a gente consegue, de fato, entender que possa estimular e criar oportunidades de negócios em toda a cadeia do nosso Estado, especialmente pensando e já se teve algumas previsões se a ANP enfatizou isso aqui, mas se nos próximos cinco anos nós teríamos destravados investimentos que poderiam chegar entre 25 e 30 bilhões de reais em projetos do tipo no nosso Estado, isso tanto na cadeia de petróleo e gás, você ter, realmente, uma continuidade que o Mauro tanto fala a importância da gente pensar nas potencialidades do nosso Estado e as vocações com isso e como que a gente absorve a cadeia também para cá sem que a gente perca, seja para outros estados, principalmente para outros países, que acabam sendo, de fato, os grandes competidores.

Uma vez eu também vi, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico já tinha apontado a existência de, pelo menos, 20 plataformas antigas instaladas só na Bacia de Campos, para se ter uma oportunidade concreta disso, o que a gente pode entender que possam ser essas oportunidades para as mais diversas capacitações e competências que possam gerar.

Então, de maneira geral, fica aqui, realmente, enfatizado para mim a grande oportunidade que a gente tem de desenvolvimento de estaleiros e fornecimento de toda uma cadeia de bens e serviços do nosso Estado que possam, de fato, Luiz, trazer soluções específicas para o Descomissionamento, isso levando em consideração todo aspecto econômico, social e ambiental que a gente tanto preza. Que a gente possa incentivar formação da cadeia no Brasil e, principalmente, no Estado do Rio de Janeiro, pensando sempre na geração de emprego e renda no nosso Estado e, para isso, de toda uma formação, a fala de um dos nossos convidados disse isso, a formação das empresas e dos profissionais nesse quesito, que precisam estudar, se capacitar para conseguir atuar mais nesse mercado. Isso perpassa para uma atuação colaborativa muito importante entre operadores, representantes da indústria, de serviços, de universidades, academias em geral, o Governo, a Assembleia Legislativa aqui como uma grande propulsora desses debates. Que a gente consiga, de fato, alargar e trazer as melhores mentes para estarem assessorando e ajudando com esse debate.

Assim, para deixar só finalizado mesmo para mim existe uma importância muito grande da gente tentar explorar ao máximo o potencial dessa indústria seja da exploração dos portos, seja também em algum momento que for necessário o Descomissionamento. É muito importante que a gente consiga fazer isso no Rio de Janeiro sem deixar que outros países possam absorver isso como os grandes competidores disso, mas também levando em consideração todo o nosso cuidado social e ambiental.

Fico aqui me somando como mais um parceiro nessa agenda. Quero aprender mais sobre isso. Que a gente possa dar continuidade a esse debate.

Obrigado a todos que participaram. Aprendi bastante, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Renan Ferreirinha.

Antes de agradecer a todos e a todas, queria fazer pequenos comentários. Eu louvo que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Dr. Vinicius Cavalcante, possa estar acordando para esse problema, porque volto a dizer: o tema da recuperação dos poços da Bacia de Campos já passa por intensa discussão neste Parlamento. Na CPI da crise fiscal foi um dos pontos de maior relevância inclusive com apresentação da Dra. Magda Chambriard, da Fundação Getúlio Vargas, que foi Presidente da ANP. Foi uma das grandes apresentadoras desse tema não só em mar, aqui no Rio de Janeiro, mas também em terra.

Então, eu vou pedir à minha assessoria que novamente mande o relatório dessa CPI à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que, no meu entendimento, já devia estar de muito liderando esse processo, porque por mais que nós queiramos - e queremos - a Associação dos Prefeitos Produtores de Petróleo é a mais entusiasta dessa possibilidade de passar de 20% para 35% a recuperação do óleo na Bacia de Campos. Mas por mais que a gente consiga ao contrário do desejo da Petrobras, porque tem muito mais rentabilidade investimento para explorar o pré-sal do que fazer o reaproveitamento dos campos maduros e, também, porque tem poços de pré-sal nas mesmas áreas de campo maduro. É uma questão de profundidade. Esse tema é da maior relevância. Mas volto a dizer: mesmo que a gente reaproveite os campos maduros e extraia de lá mais óleo o petróleo é um bem finito. Ele vai acabar. O Descomissionamento vai ser uma realidade até por que nós só temos quicá pela frente como energia não renovável duas décadas de possibilidade de explorar óleo e gás.

Essa questão da reinjeção do gás é um dos primeiros pontos da CPI feita no primeiro semestre de 2019. Como pode o Estado do Rio de Janeiro reinjetar mais de 50% do gás que ele coloca no mercado? Isso é um crime contra a arrecadação do Estado do Rio de Janeiro. Não adianta a ANP dizer que esse gás está estocado e guardado. Primeiro, que eu não acredito que esteja estocado e guardado, porque eu não sei se isso será a solução daqui a duas décadas. E terceiro, o prejuízo não é em vinte anos é agora. Então, por que a gente não pode ter parcela dessa transferência de recursos de imediato? Pelo menos um percentual disso que está sendo reestocado. Para mim, na hora que você extrai o gás, ele virou produto, e, se virou produto, tem que pagar por ele, não importa que depois você reinjeite em um reservatório natural.

Esse tema que discutimos aqui, hoje, é da maior relevância. É claro que tem muitos atores, claro que é um tema difícil, mas se não organizarmos e se não nos prepararmos para isso, novamente seremos, Mauro Osório, exportadores de divisas, e aqueles 70% que irão para o exterior aumentarão mais da exploração petrolífera. Só os grandes estaleiros no exterior é que estarão aptos a receber essas embarcações depois que elas se livrarem das cangalhas - tem um nome bonito para isso, *subsea*, no Repetro Industrialização a alíquota de 3% das plataformas que serão lançadas, esses mesmos 3% incidirão sobre o *subsea*, que vale praticamente 50% do valor de uma plataforma; se uma plataforma vale 2 bilhões de dólares, o *subsea* vale 1 bilhão de dólares - não quero falar cangalha porque as pessoas acham que é depreciativo, mas não é, é tudo que está acoplado na nave central, que é a embarcação.

Então, vejo que esta audiência pública foi positiva, pois, pelo menos, estabeleceu um patamar mínimo de conhecimento. Inserir o Governo Estadual, o Poder Executivo, nessa articulação, com Desenvolvimento Econômico e Fazenda, cada um em suas áreas de competência.

O SR. THIAGO PAMPOLHA - Lamentando a ausência da apresentação da Secretaria de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Perfeitamente.

Ao mesmo tempo, Deputado Thiago Pampolha, acho que esta audiência pública pode se desdobrar em outras. Uma delas, que deveria ser a primeira, sob a presidência de V. Exa., seria chamando o Inea, Secretaria do Ambiente, Ibama e outras organizações do gênero, só para discutir a questão ambiental, que é uma das mais graves. Claro que tem que ter Desenvolvimento Econômico e Fazenda, mas tem que focar na questão ambiental, porque esse é o primeiro ponto importantíssimo, que tem a ver não somente com as questões dos ambientes nocivos que o desmonte vai enfrentar, mas também com os impactos ambientais e socioeconômicos.

O SR. MAURO OSÓRIO - Deputado, só um parêntese com relação à questão ambiental, e aproveitando a presença do Deputado Thiago Pampolha.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Pois não.

O SR. MAURO OSÓRIO - Acho que há duas coisas que têm a ver com o meio ambiente e a ver com o complexo petróleo e gás: um é o desassoreamento da Baía de Guanabara, que a Prefeitura de Niterói está concordando em fazer. Ele custa 200 milhões e pode ser uma coisa muito importante para reativar toda aquela frente de baía, em *offshore*, em estaleiros, na parte de pesca. Então, Deputado Thiago Pampolha, acho que isso já está avançado do ponto de vista da liberação, mas seria interessante ver.

Precisamos, também, discutir o Porto de Maricá. Até onde eu sei, acho que a questão ambiental está bem tratada ali, mas o Ministério Público Estadual cisma que Maricá pode viver de pesca e agricultura. Maricá, hoje, tem 30 empresas e hotéis, e, na verdade, Maricá não pode viver de pesca e agricultura e não pode continuar dependendo de royalties.

Então, nessa pauta ambiental, tomando a liberdade, Deputado Luiz Paulo, acho que tem dois pontos importantes que têm a ver com o complexo petróleo e gás e também questão de meio ambiente. A coisa de você fazer o desassoreamento da Baía de Guanabara, que a prefeitura de Niterói banca, são duzentos milhões, tem estudos feitos sobre isso, e a questão ali do Porto de Maricá que, inicialmente, vai ser um porto muito vinculado ao petróleo e gás.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Feitas as sugestões para o nosso Deputado Thiago Pampolha, porque, a partir daí, a gente vai aprofundar outras audiências públicas, aí ligado mais à área do nosso Ferreirinha, os impactos socioeconômicos, e à nossa, da Tributação, que são os impactos na arrecadação, quer sejam arrecadações tributárias, quer seja arrecadação não tributária. Então, eu acho que essa foi somente uma primeira audiência pública. Outras virão, porque considero que esse tema é muito relevante. Queria agradecer a presença de todos, agradecer a nossa Geiza Rocha, a nossa comandante do Fórum de Desenvolvimento Econômico, lastimar a ausência da Firjan - chamei os dois representantes e não apareceram, e me confirmaram presença. Não sei o que houve, mas lastimo, até porque a Firjan também estuda esse assunto em estudos internos, que eu já tive acesso. Então, ficam aqui os meus protestos pelo não comparecimento. Agradeço a presença dos dois jovens sindicalistas que acompanharam a audiência pública desde o primeiro momento. A Casa está sempre aberta aos senhores, e dar por encerrada a nossa audiência pública, que tinha previsão para se encerrar no máximo até 13 horas. Muito obrigado, boa tarde a todos.

Id: 2277383

Atos da Mesa Diretora

ATO "E"/MD/Nº 2840/2020

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso V do artigo 18 do Regimento Interno, e tendo em vista as informações contidas no Processo Nº 12680/2020,

R E S O L V E :

NOMEAR ITALO MENDES BORBA, matrícula nº 427.351-2, para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar IX, símbolo CCDAL - 9, junto ao Gabinete do Deputado Welberth Rezende, na vaga decorrente da exoneração de Vanessa Cruz Machado. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 2020.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE
DEPUTADO MARCOS MULLER, 1º SECRETÁRIO

Id: 2277384

Despachos do Diretor Geral

Em 23.10.2020

FÉRIAS - CANCELAMENTO
Processo nº
11681/2020 - ADILSON FERREIRA DUARTE
DEFERIDO

Avisos, Editais e Termos de Contratos

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

ASPECTOS POLÊMICOS DOS ESPORTES DE AÇÃO (AIR-SOFT/PAINTBALL)

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), ainda em conformidade com as boas práticas de segurança e distanciamento social, realizará a *Live* "Aspectos polêmicos dos esportes de ação (Airsoft/Paintball)". A proposta da *live* é ampliar os debates sobre a prática dos esportes de ação conhecidos como *Airsoft* e *Paintball*, com ênfase nas iniciativas legislativas apresentadas na ALERJ, proporcionando diálogo entre os praticantes.

CARGA HORÁRIA: (apresentação e interação com o público): 1h30

DATA: 11 de novembro, quarta-feira, às 10 horas
PÚBLICO-ALVO: Servidores da Alerj, das Câmaras Municipais e público em geral.

"Aspectos polêmicos dos esportes de ação (Airsoft/Paintball)"

Introdução. Aspectos polêmicos do esporte (autorização, compra, venda, fardamento e trânsito com equipamento), Lei nº 7655/17 (regulamentação do esporte no RJ) e Projeto e Lei nº 2963/2020 (obrigatoriedade numeração de equipamento no RJ).

Convidado: Dr. Guilherme José Pereira - Publicitário graduado pela UniverCidade, Advogado, graduado em Direito pela Universidade Santa Úrsula, Especialista em Direito da Propriedade Intelectual pela Universidade Candido Mendes, Especialista em Direito Imobiliário pela PUC-RJ, Conselheiro Esportivo Interestadual da Federação Cearense Desportiva de Airsoft e ex-membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB/RJ, membro da Comissão de Direito Imobiliário da OAB/Campinas.

ENDEREÇO ELETRÔNICO DA LIVE: Facebook.com/escola-dolegislativorio

Informações adicionais: (21) 2588-1373, das 10h às 17h.

Em 8 de outubro de 2020.

ROSEMARY BORGES PEREIRA

Matr. nº 307.905-0

Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

ELERJ VIRTUAL: ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), ainda em conformidade com as boas práticas de segurança e distanciamento social durante a pandemia, dará continuidade ao Projeto ELERJ VIRTUAL - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020, durante o mês de outubro.

O objetivo é realizar *lives* com temas de relevância ao pleito eleitoral municipal e dessa forma atingir o maior número servidores da Alerj, das Câmaras Municipais, pré-candidatos e outros públicos, conforme cronograma abaixo:

Carga horária das *lives* (apresentação e interação com o público): 1h30

AS CANDIDATURAS INDEPENDENTES E A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO

7 de outubro - quarta-feira - 10h

A gênese da estrutura partidária nacional. A crise de representação política. Os riscos para a democracia. Os modelos eleitorais comparados. A possibilidade de adoção das candidaturas independentes no Brasil.

Convidado: **Rodrigo Mezzomo** - Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida, mestre em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor de Direito Empresarial, Propriedade Intelectual e Direito Processual Civil no curso de graduação em Direito da Faculdade Presbiteriana Mackenzie-Rio.

PROPAGANDA ELEITORAL POR REDES SOCIAIS E CONDUTAS VEDADAS NO DIA DA ELEIÇÃO: LIMITES E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS

22 de outubro - quinta-feira - 10h

Alterações constitucionais (EC 97/17 e EC 107/20). Propaganda eleitoral na Lei das Eleições e a liberdade de expressão e de manifestação (Lei 9.504/97 n/f Lei 13.488/17). Condutas permitidas e vedadas previstas na Lei das Eleições. Lei 6.091/74. Representação por propaganda irregular. Resolução TSE 23.610/19.

Convidado: **Luis Renato Ribeiro Pereira de Almeida** - Advogado. Mestrando em Direito Constitucional (UFF). Pós-graduação em Direito Processual (UFF). Pós-graduação em Ministério Público e Ordem Jurídica (IEP/MPRJ). Bacharel em Direito (UFF).

AUTOCONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELO PODER LEGISLATIVO

29 de outubro - quinta-feira - 10h

Definição;

Características;

Elementos;

Efeitos;

Exemplos práticos

Convidado: **Hélio Nascimento** - Graduado em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Advogado. Exerce o cargo de Assessor Jurídico na Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (PGJ/MPRJ).

ENDEREÇO ELETRÔNICO DAS LIVES: Facebook.com/escola-dolegislativorio

Informações adicionais: (21) 2588-1373, das 10h às 17h.

Em 14 de setembro de 2020.

ROSEMARY BORGES PEREIRA

Matr. nº 307.905-0

Subdiretora-Geral da Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro

ESCOLA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL

A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS IMPACTOS SOCIAIS

A Escola do Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (ELERJ), em parceria com a Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ, realizará o Seminário 'A Proteção de Dados Pessoais e os Impactos Sociais', no formato online, a ser transmitido pelos canais virtuais da ALERJ/ELERJ.

O seminário tem por objetivo apresentar um panorama social, tecnológico e jurídico acerca da Proteção de Dados Pessoais, que possam contribuir na defesa dos direitos humanos.

O evento é destinado a servidores efetivos, comissionados e requisitados da Alerj, servidores das Câmaras Municipais, advogados e público em geral.

CARGA HORÁRIA TOTAL: 4 (quatro) horas, sendo 2 horas a cada dia.

DATAS DAS LIVES: 26 e 27 de outubro de 2020, segunda e terça-feira, respectivamente.

HORÁRIO: 10h às 12h.

MEDIADORES: Ana Carolina Lima, advogada, membro do AqualtuneLab e Arthur Almeida, Advogado, membro do AqualtuneLab.

PROGRAMAÇÃO:

DIA 26/10 - SEGUNDA-FEIRA

10h - ABERTURA

10h10 - PAINEL 1 - OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA PARA A PRÁTICA CIDADÃ.

Tema: Proteção de Dados, Racismo e Algoritmos

Palestrante: Tarcizio Silva

Minibio: criador da Desvelar, Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA e realiza doutorado em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC, estudando as relações entre tecnologia e raça, racismo, branquitude e negritude. Desenvolve e ensina métodos digitais de pesquisa aplicadas a campos mercadológicos, político-eleitorais e terceiro setor, cofundador do IBPAD. Co-editou publicações como Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiáspóricos (LiteraRUA, 2020), Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações (Uva Limão, 2016) e Para Entender o Monitoramento de Mídias Sociais (2012). Website: https://tarciziosilva.com.br/blog/

10h40

Tema: O uso de dados pelo Poder Público

Palestrante: Estela Aranha - Presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB RJ

Minibio: Sócia fundadora do escritório Estela Aranha Advocacia. Especialista em Direito Digital. Presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ. Coordenadora adjunta do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim-RJ), Coordenadora do Grupo de Estudos Avançados do GEA - Surveillance Tecnologia e Controle e Presidente da Secretaria de Proteção de Dados e Direitos Fundamentais do Instituto de Direitos Humanos Joaquin Herrera Flores.

11h10

Tema: A LGPD e a segurança pública

Palestrante: Pablo Nunes

Minibio: Doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ). É coordenador adjunto do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania - CEsSec onde coordena a área de pesquisa da Rede de Observatórios da Segurança, além de participar de pesquisas relacionadas aos temas de juventude, gestão e modelos de policiamento, análise de índices criminais, mídia e violência.

11h40 às 12h - Debate

DIA 27/10 - TERÇA-FEIRA

PAINEL 2 - TECNOLOGIA E EXCLUSÃO: OS DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

10h

Tema: LGPD, tecnologia e exclusão

Palestrante: Diego Cerqueira